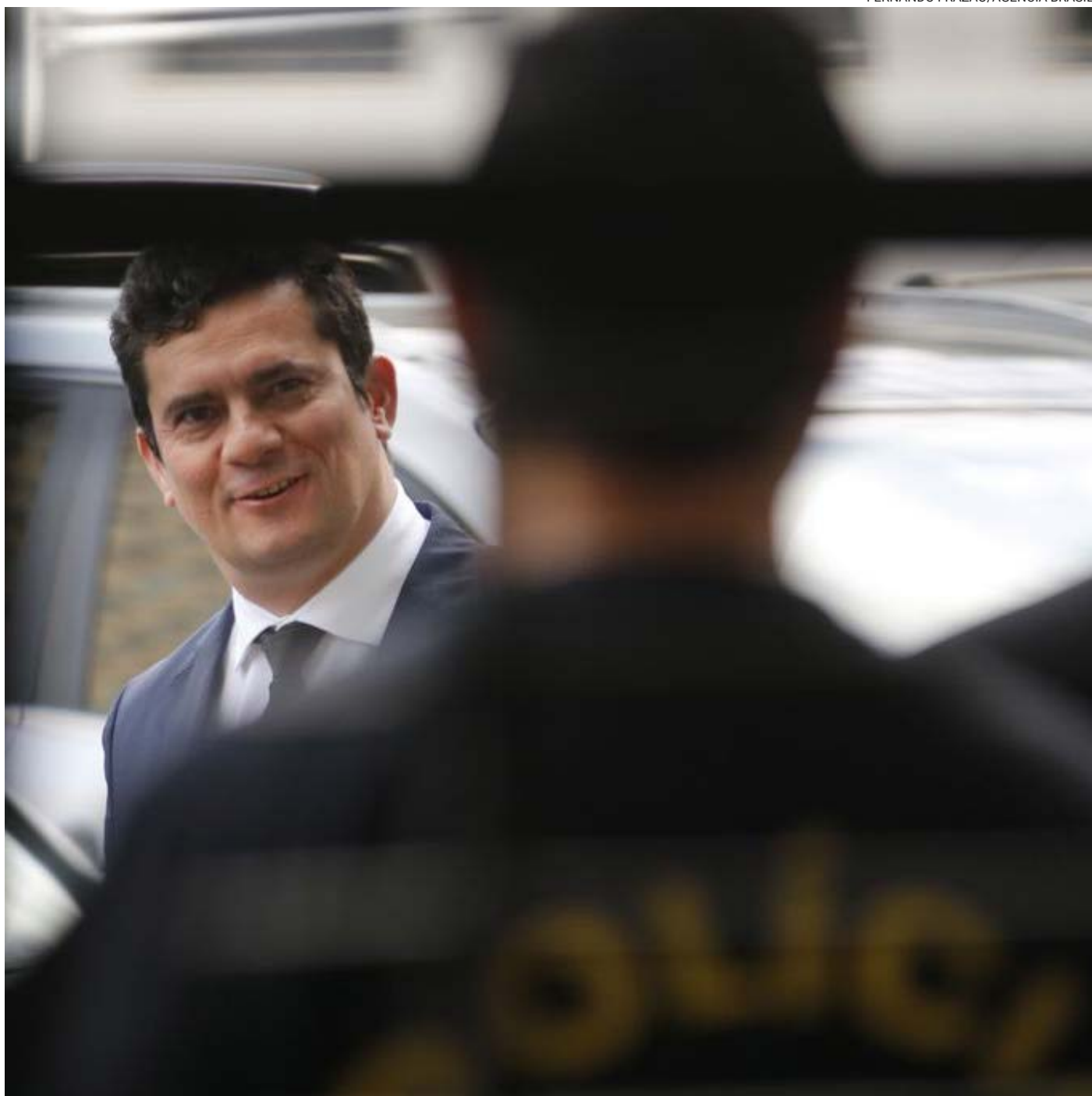


Caso Bivar (PSL) levanta dúvida sobre autonomia da Polícia Federal

Comentários de Bolsonaro antes da ação policial lembram casos semelhantes ocorridos em governos anteriores

Andréa Lucas Fagundes e Lucas e Silva Batista Pilau
22 de outubro de 2019

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, em visita à sede da PF no Rio

No último dia 15 de outubro, o deputado federal e presidente do Partido Social Liberal (PSL), Luciano Bivar, foi alvo de buscas e apreensões, tendo a Polícia Federal cumprido mandados em sua residência e na sede do partido. Tal ação decorre da investigação que se encontra em andamento sobre membros do PSL envolvidos em um possível esquema de candidaturas de laranjas, revelado pelo jornal *Folha de S.Paulo* no início do ano.

Levando em conta a vinculação da Polícia Federal ao poder executivo, especificamente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que hoje tem Sérgio Moro como titular da pasta, os fatos acima suscitam três possibilidades de interpretação: na primeira, parece ter sido o presidente Jair Bolsonaro e/ou Moro quem, em razão da crise instalada, incentivaram para que fossem aceleradas as investigações para que Bivar se visse constrangido e perdesse capital político em um momento crucial de conflitos dentro do partido.

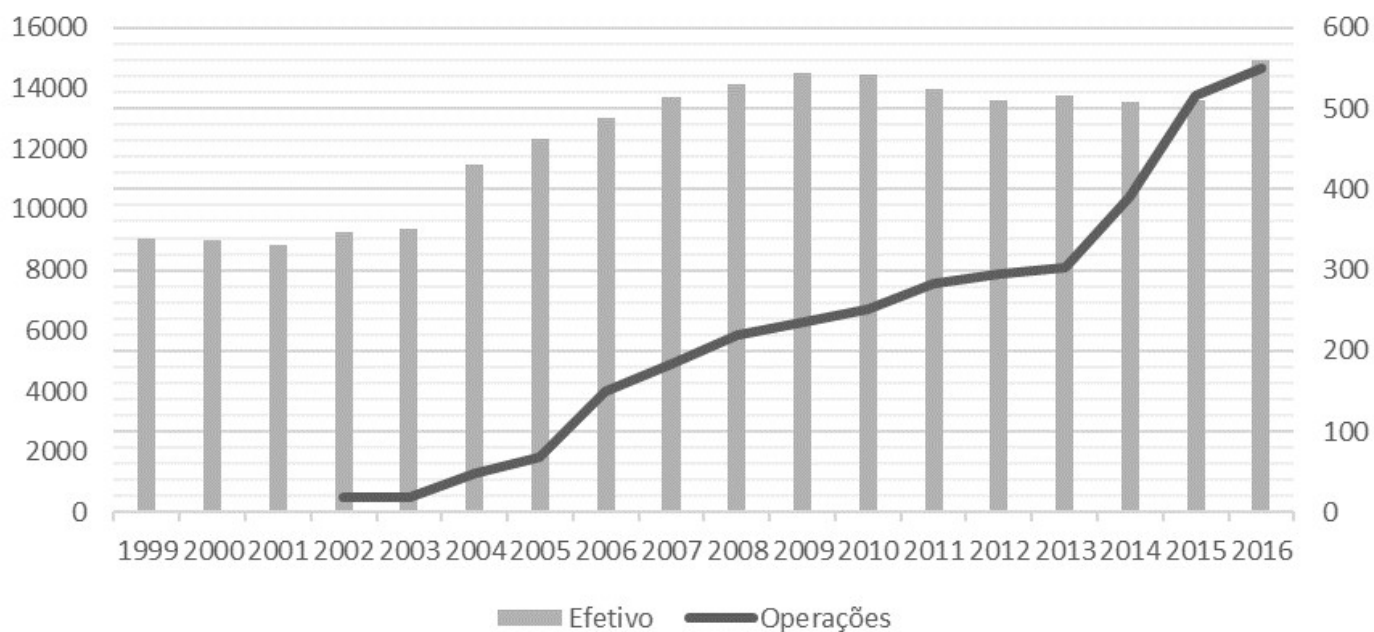
Na segunda hipótese, Bolsonaro, quando realizou as declarações, não sabia absolutamente nada sobre os mandados a serem cumpridos contra Luciano Bivar. Por fim, a terceira aponta para a possibilidade de que Bolsonaro sabia e contou com a interlocução de Sérgio Moro, como chefe da Polícia Federal, de modo que, a partir de um cálculo político, decidiu afastar-se do partido antes desse ser vinculado na mídia a uma operação policial. Tais interpretações colocam em evidência a possível relação que se estrutura entre governo federal, Polícia Federal e o fluxo de sigilo nas investigações.

Na década de 1990, os mecanismos de controle do setor público eram desencadeados por escândalos que levavam à instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's), de modo que pouca visibilidade era dada às já escassas operações da Polícia Federal.

Esse cenário se modifica quando a funcionalidade de um recém-criado sistema de justiça criminal federal, garantido pela promulgação da Constituição de 1988, coloca a Polícia Federal como uma das instituições protagonistas no combate à corrupção.

Os poucos estudos realizados até agora sobre a instituição apontam para o seu desenvolvimento, principalmente a partir dos anos 2000, por meio da análise de elementos de sua estrutura organizacional, tendo também como indicador de mudanças o crescimento no número de operações. A maioria dessas pesquisas indicam ter havido mudanças no órgão que o levaram a contar com uma maior autonomia administrativa e funcional, além de maior produtividade. No entanto, a capacidade e a autonomia institucional atingidas pela Polícia Federal depararam-se, ao longo das últimas três décadas, com interferências do sistema político.

Operações realizadas e efetivo da Polícia Federal (2002-2016)



Fontes: *Estatística* – Sítio Eletrônico da Polícia Federal; *Relatórios Anuais da Polícia Federal (2002/2008)* – Sítio Eletrônico da Polícia Federal; *Prestação de Contas (2016)* – Sítio Eletrônico da Polícia Federal.

As três possibilidades acima aventadas sobre o episódio envolvendo Bolsonaro e Bivar não são fruto da imaginação – e a história do país demonstra isso. Nos anos 80, com o movimento de redemocratização no país, assume o primeiro civil no comando da Polícia Federal: Romeu Tuma. Nessa época, a instrumentalização das CPI's como meio de investigação e a ausência de estrutura da

Polícia Federal, a qual ainda se manteve sob influência de grupos militares, podem ter contribuído para a manutenção de eventuais movimentos políticos sobre o órgão.

Nos anos 90, a relação entre Fernando Henrique Cardoso e o então diretor geral Vicente Chelotti demonstrou aproximação entre a Polícia Federal e o governo, com troca direta de informações sobre uma investigação em andamento, segundo reportagem da *Folha de S.Paulo* (1) que apontou que Chelotti prestava contas diretamente ao presidente, ignorando o então ministro da Justiça, seu superior imediato.

Nos anos 2000, a relação entre o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Polícia Federal é amplamente conhecida como a fase de investimentos em tecnologia, aumento no quadro de servidores, melhorias salariais, especialização da perícia e alargamento no orçamento anual.

Contudo, o crescimento vertiginoso do número de operações, muitas tendo como alvos políticos e grandes empresários do país, teria colocado eventualmente o órgão em choque com o Palácio do Planalto e – somada a pressão política da base governista – desencadeado o afastamento do então diretor geral Paulo Lacerda (2).

Na segunda década do novo século, quando dos governos de Dilma Rousseff, houve uma declaração do então recém-empossado ministro da justiça, Eugênio Aragão, de que trocava a equipe inteira de uma investigação em caso de vazamento de informações (3). O que de fato não ocorreu.

Já no curto governo de Michel Temer, a nomeação de Fernando Segovia ao cargo mais alto da instituição, em meio a investigações da Operação Lava Jato, foi amplamente divulgada na mídia (4) como um exemplo de interferência política na instituição. Seu mandato durou 99 dias, talvez, como hipótese, em razão da ausência de legitimidade interna entre seus pares.

Assim, chega-se ao governo de Jair Bolsonaro. A Polícia Federal já não pode ser vista como aquela dos anos 80 e 90. A continuidade de disputas internas e daquelas experimentadas ao longo do tempo com outras instituições não a abalaram. Pelo contrário, parecem tê-la fortalecido. Por outro lado, fatos mais ou menos recentes fazem surgir a dúvida: será que, depois de todos esses avanços institucionais, o órgão vem conseguindo garantir sua autonomia, blindando-se de interferências políticas?

A resposta a essa pergunta – e que garante levar adiante quaisquer das hipóteses aventadas em relação ao recente episódio entre Bolsonaro e Bivar – garante o sucesso do fluxo de sigilo das investigações em andamento e das que ainda existirão, vez que se está olhando para uma instituição de caráter permanente e que, a par de suas atribuições constitucionais, cumpre funções essenciais à democracia brasileira.

(1) <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc05039920.htm>

(2) <https://apublica.org/2018/08/com-sangue-na-boca/>

(3) <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751763-ministro-da-justica-diz-que-trocara-equipe-da-pf-em-caso-de-vazamento.shtml>

(4) <https://g1.globo.com/politica/noticia/delegado-fernando-segovia-assume- oficialmente-cargo-de-diretor-geral-da-policia-federal.ghtml>

Andréa Lucas Fagundes

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Públicas/UFRGS, Bolsista CAPES

Lucas e Silva Batista Pilau

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CNPq. Membro do Núcleo de Estudos em Justiça e Poder Político (NEJUP/UFRGS)

<https://backup.forumseguranca.org.br/tema-da-semana/template-1-tema-da-semana-sat4e>

